



RIO GRANDE DO NORTE

Sead conclui minuta de decreto que regulamenta a Lei Anticalote



Secretário recebeu representantes da CNTV, Sindsegr e Sindforte/RN

O secretário da Administração, Pedro Lopes, informou nesta quarta-feira (1) que a Secretaria de Estado da Administração (Sead) concluiu a minuta do decreto que regulamentará a Lei Estadual nº 10.841/2021, conhecida como Lei Anticalote. A norma institui mecanismo de controle do patrimônio público estadual, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos.

O documento foi entregue a representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV), do Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do RN (Sindsegr) e do Sindicato dos Vigilantes e Trabalhadores e Trabalhadoras da Segurança Privada (Sindforte/RN), além do

ex-deputado estadual e autor da Lei nº 10.841, Sandro Pimentel.

O encaminhamento segue diretriz da última reunião com as entidades classistas, realizada em fevereiro, e a minuta seguirá para recebimento de contribuições de aprimoramento do texto. Após a conclusão dessa fase, o documento vai para o Gabinete Civil, com fins a sua publicação, prevista para o mês de abril.

A Lei Anticalote estabelece que as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, 13º salário e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por dispensa sem justa causa serão descontados do valor mensal do contrato e depositadas em conta bancária compartilhada, aberta em nome da empresa e com movimentação somente por ordem do órgão ou entidade contratante. Isso garante a proteção do direito de trabalhadores vinculados a empresas que intercedem mão de obra ou firmam contratos de terceirização, muitas vezes garantindo a sobrevivência e dignidade dessas pessoas.

No encontro participaram também dirigentes do Idema, a fim de tratar sobre regularidade de execução contratual da empresa prestadora de serviço de vigilância ao órgão.

FONTE: Secretaria de Administração do RN

MTE tem novo secretário de Relações de Trabalho: Marcos Periato

Na última quinta-feira (23), o DOU (Diário Oficial da União) trouxe a nomeação do novo secretário de Relações de Trabalho, do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), Marcos Periato



Marcos Periato é economista e assessor da Força Sindical. Tem vasta experiência política. Competente quadro técnico | Foto: arquivo pessoal

Periato é economista e assessor da Força Sindical. Tem vasta experiência política. É um competente quadro técnico.

Pela nova configuração do MTE — conforme determinação do Decreto 11.359, de 1º de janeiro de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja cargos em comissão e funções de confiança —, e segundo o artigo 27 do decreto, compete à STR:

I - formular e propor políticas, programas e projetos para a democratização das relações do trabalho, em articulação com as demais políticas públicas, com vistas a fortalecer o diálogo entre o Governo, os trabalhadores e os empregadores;

II - elaborar e propor diretrizes e normas voltadas para a promoção da autonomia das

relações entre trabalhadores e empregadores;

III - planejar, coordenar, orientar e promover as práticas da negociação coletiva, da mediação e da arbitragem no âmbito das relações de trabalho;

IV - elaborar estudos, emitir posicionamento técnico e elaborar proposições sobre legislação sindical e trabalhista;

V - elaborar, organizar e manter sistemas de informações, gerenciais, de estatísticas e de bancos de dados sobre relações do trabalho e o Sistema Integrado de Relações do Trabalho;

VI - propor e promover ações que contribuam para a capacitação e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam no âmbito das relações do trabalho;

VII - conceder, prorrogar e cancelar registro de empresas de trabalho temporário;

VIII - editar normas e instruções a serem seguidas quanto a relações de trabalho;

IX - registrar as entidades sindicais de acordo com critérios objetivos estabelecidos em lei;

X - manter e gerenciar o cadastro das centrais sindicais e aferir a sua representatividade;

XI - coordenar as atividades relativas à contribuição sindical;

XII - promover parcerias com órgãos da administração pública na formulação de propostas e na implementação de programas na área de competência;

XIII - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e

XIV - acompanhar o cumprimento, em âmbito nacional, dos acordos e convenções ratificados pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais, em especial à OIT, nos assuntos de sua área de competência.”

FONTE: DIAP

Trabalho sem carteira assinada bateu recorde no último ano do governo de Bolsonaro

O número de pessoas nessa situação atingiu 12,9 milhões em 2022, um aumento de 14,9% em relação a 2021. Outro recorde foi o da informalidade 38,8 milhões de trabalhadores, de acordo com pesquisa do IBGE



Mutirão do emprego em 2019

A taxa média de desemprego no ano passado foi de 9,3%, o menor patamar desde 2015 (governo Dilma Rousseff). No quarto trimestre, encerrado em dezembro último, a taxa recuou para 7,9%, mas ao custo da precarização do trabalho e da queda de renda do trabalhador que diminuiu em média 1% (menos R\$ 28). Isto porque a média anual de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada no setor privado aumentou em 14,9% em 2022, último ano do governo de Jair Bolsonaro (PL). O contingente passou de 11,2 milhões (2021) para 12,9 milhões de pessoas neste ano, um número

recorde para o indicador desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012.

Outro recorde foi o da informalidade que atingiu em números absolutos: 38,8 milhões de trabalhadores.

A população ocupada média chegou a 98,0 milhões de pessoas em 2022, a maior média anual da série e 7,4% acima de 2021. Frente a 2012, quando a média anual da população ocupada foi de 89,6 milhões de pessoas, houve aumento de 9,4%.

“Nos últimos dois anos, é possível visualizar um crescimento tanto do emprego com carteira quanto do emprego sem carteira. Porém, é nítido que o ritmo de crescimento é maior entre os sem carteira assinada”, explica a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

A pesquisa do IBGE também apontou os seguintes números:

O nível da ocupação médio (percentual ocupados na população em idade de trabalhar) foi estimado em 56,6% em 2022, segundo ano seguido de crescimento após o menor patamar registrado, em 2020 (51,2%). O maior nível da ocupação ocorreu nos anos de 2013 e 2014, quando alcançou 58,1% da população em idade de trabalhar.

A média anual da taxa composta de subutilização foi estimada em 20,8%, redução de 6,4 p.p. em relação a 2021, quando a taxa era estimada em 27,2%. Esse indicador foi de 28,2% em 2020, 15,1% em 2014 e 18,4% em 2012.

A média anual da população subutilizada (24,1 milhões de pessoas em 2022) recuou 23,2% frente a 2021. Apesar da redução, esse contingente está 54,7% acima do menor nível da série, atingido em 2014 (15,6 milhões de pessoas).

A média anual do contingente de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, estimado em 6,2 milhões de pessoas, recuou 17,3%. A população desocupada (10,0 milhões de pessoas), apresentou queda (-27,9%) entre 2021 e 2022.

Em 2022, a média anual da população desalentada diminuiu 19,9% ante 2021, alcançando 4,3 milhões de pessoas. A maior estimativa para essa população ocorreu em 2020 (5,5 milhões) e a menor, em 2014 (1,5 milhão de desalentados).

O número médio anual de empregados

com carteira de trabalho aumentou em 9,2% e chegou a 35,9 milhões de pessoas, consolidando a reversão da tendência iniciada em 2021.

O número médio anual de trabalhadores por conta própria totalizou 25,5 milhões em 2022, com alta de 2,6% no ano. Frente a 2012, início da série, quando esse contingente foi o menor da série (20,1 milhões), houve alta de 27,3% (mais 5,5 milhões de pessoas).

Em 2022, o número médio anual de trabalhadores domésticos cresceu 12,2%, alcançando 5,8 milhões de pessoas.

A taxa média anual de informalidade passou de 40,1% em 2021 para 39,6% em 2022. Apesar da redução, a taxa ainda supera o início da série em 2016 (38,6%) e 2020 (38,3%).

O valor médio anual do rendimento real habitual foi estimado em R\$ 2.715, valor 1,0% menor (- R\$ 28) que o estimado para 2021. Frente a 2012, houve um aumento de 1,3%.

O valor médio anual da massa de rendimento real habitual chegou a R\$ 261,3 bilhões, o maior da série, com alta de 6,9% (mais R\$ 16,9 bilhões) em relação a 2021. De 2012 a 2022, essa massa de rendimentos cresceu 12,6%.

Setores

Em relação aos setores que mais influenciaram o mercado de trabalho em 2022, os destaques ficam com os setores do comércio e dos serviços. O segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas cresceu 9,4% no ano. Entre os serviços, houve crescimentos relevantes nos outros serviços (17,8%) e alojamento e alimentação (15,8%).

De acordo com o IBGE, o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi o único com queda percentual da população ocupada (1,6%).

Com informações do IBGE

FONTE: CUT - Escrito por: Redação CUT |

Editado por: Rosely Rocha

Sindicatos realizam campanhas em apoio aos atingidos pelas chuvas; Saiba como ajudar

ARTE: MARIA DIAS/CUT-SP



Diversas entidades sindicais pelo estado de São Paulo estão mobilizadas na arrecadação de alimentos e outros itens que serão doados às famílias atingidas pelas fortes chuvas das últimas semanas.

Neste ano, São Sebastião foi a cidade com registros de mais vítimas, com 64 mortes, de acordo com a Defesa Civil, e mais de 2.251 desalojados e 1.815 desabrigados. No entanto, outras localidades do Litoral Norte paulista também tiveram impactos que colocam famílias em situação de risco, como Ubatuba, que também registrou 1 morte, e Bertiooga.

Ainda na região do Vale do Paraíba, São Luiz do Paraitinga também enfrentou inundações após as chuvas dos dias 11 e 12 de fevereiro, que destruíram 200 casas e desabrigaram mais de 700 pessoa no distrito de Catuçaba. O município se preparava para voltar a receber os turistas após recuperar o que foi destruído nas

enchentes de 2010, mas teve que, novamente, cancelar a tradicional festa de Carnaval para prestar apoio às vítimas. Em Taubaté, o temporal que caiu na madrugada de quinta para sexta (24) causou a interdição de casas, deixando 33 pessoas desalojadas e mais 113 assistidas pela Defesa Civil. Com a situação, a cidade decretou estado de emergência.

Já na Grande São Paulo, houve o desabamento de casas e muros no Jardim Zaíra, em Mauá. Uma pessoa morreu e outras três ficaram feridas no dia 21. A cidade também decretou estado de emergência, situação que facilita que ações de emergência sejam realizadas pela prefeitura. Na Baixada Santista, a população também têm sofrido com as chuvas dos dois últimos finais de semana, com abertura de escolas para receber desabrigados.

Para ajudar os trabalhadores e as trabalhadoras de todas essas localidades,

os Sindicatos CUTistas disponibilizaram suas sedes para servirem de postos de arrecadação de comida e água, mas também itens de higiene pessoal e de limpeza, roupas, cobertores e outros itens. Algumas das campanhas tiveram início logo após a circulação das primeiras notícias com vítimas. Mas muitas das entidades possuem ações permanentes de solidariedade, que se intensificam em ocasiões de emergência.

Confira abaixo alguns dos postos de arrecadação e participe!

Subsede da CUT Vale do Paraíba e Sindicato dos Condutores

A subsede da CUT na região, junto com o Sindicato dos Condutores, está recebendo as doações que serão levadas às famílias que vivem no Litoral Norte.

As doações podem ser realizadas na Avenida São José, 488 - Jardim Bela Vista (próximo ao Terminal Rodoviário), em São José dos Campos, das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Desde a semana passada, o Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio da CNQ-CUT, estão arrecadando alimentos, calçados, roupas, itens de higiene e de cuidados íntimos, além de água potável. No sábado, parte das doações já foram levadas ao Guarujá e São Sebastião. A campanha continua nos seguintes endereços:

Sede: Rua Ada Negri, 127 - Santo Amaro

Subsede: Rua Tamandaré, 348 - Liberdade

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

As arrecadações serão destinadas às famílias de Mauá e de São Sebastião e podem ser feitas na sede do Sindicato, na Rua Basso, 231, no centro de São Bernardo, e nas regionais de Diadema (Av. Encarnação, 290 - Piraporinha), Ribeirão Pires (Rua Felipe Sabbag, 149 - apartamento 01 - Centro) e Rio Grande da Serra e nas fábricas metalúrgicas por meio dos Comitês Sindicais de Empresas.

Também haverá drive-thru de arrecadação, que acontecerá sábado, dia 4 de março, na sede. Além de fazer as doações de produtos, quem preferir colaborar com um valor em dinheiro pode fazer um PIX (chave 11975306377). Todo o valor arrecadado será revertido para a compra de produtos de higiene básica às mulheres vítimas das chuvas.

Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região

A campanha atual tem foco nas famílias de Taubaté, mas o Sindicato fez a distribuição de doações em São Luiz do Paraitinga e outros municípios.

As colaborações podem ser feitas na sede da entidade, na Rua Urupês, 98 - Chácara do Visconde, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta. Mais informações pelo telefone (12) 2123-4301.

Sindicato dos Papeleiros de Mogi das Cruzes e Região

O Sindicato se une à campanha de solidariedade às vítimas das chuvas no Litoral Norte.

O posto de arrecadação fica na sede da entidade, na Rua Francisco Franco, 375, Mogi das Cruzes.

Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes e Região

Os bancários de Mogi estão recebendo doações até o dia 3 de março, que serão encaminhadas às famílias do Litoral Norte. Os que puderem colaborar, devem ir até a sede da entidade, à rua Dr. Deodato Wertheimer, 2.319, na Vila Mogi Moderno.

Sindicato dos Trabalhadores Portuários de São Paulo (Settaport)

Fundação Settaport realiza campanha de arrecadação de produtos de limpeza, higiene e alimentos não perecíveis para as vítimas da catástrofe que se abateu no litoral sul e norte do Estado de São Paulo.

As doações devem ser realizadas de segunda a sexta, das 9h às 17h, na Av. Conselheiro Nébias, 85 - Paquetá, em Santos.

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

A Contraf-CUT apoia o Instituto Verdescola, que atua com voluntários para ajudar desabrigados e feridos no litoral norte paulista. Doações podem ser feitas pelo PIX verdescola@verdescola.org.br, por depósito em conta (banco Itaú, agência 8499, conta 28366-4, CNPJ 07.707.869/0001-10)

FONTE: Rafael Silva - CUT São Paulo

Enquanto MPT ouve vinícolas envolvidas em trabalho escravo, associação patronal critica benefícios sociais

Procuradores querem discutir indenização e responsabilidades na contratação de mão de obra. Agência de exportação exclui produtores



Mais de 200 trabalhadores foram resgatados na semana passada, e quase todos já retornaram a suas cidades de origem

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) realiza, nesta terça (28) e quarta (19), audiências com as vinícolas envolvidas no uso de mão de obra análoga à escravidão. Mais de 200 trabalhadores foram resgatados na semana passada em Bento Gonçalves (RS). A empresa responsável pela contratação de mão de obra também será ouvida. Além disso, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha deve se reunir amanhã para discutir o caso.

No caso da Assembleia, uma audiência pública foi solicitada pela deputada Luciana Genro (Psol). Ela é autora de projeto (PL 50/2021) que propõe punição mais rígida para empresas que exploram mão de obra. Representantes de órgãos públicos e entidades foram convidados a participar da reunião.

“Boas práticas” e indenização

Na tarde de hoje estava prevista audiência do MPT-RS com o empresário Pedro Augusto de Oliveira Santana, proprietário da Fênix Serviços de Apoio Administrativo, empresa responsável pela contratação dos trabalhadores resgatados. Os procuradores querem um termo de ajuste de conduta (TAC) adicional ao que foi assinado no

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

final de semana, com medidas preventivas para evitar a repetição de ocorrências. Também está em discussão a elaboração de “boas práticas de contratação” e o pagamento de indenizações por danos morais.

Ontem (27), segundo o MPT, a empresa efetuou a maior parte do pagamento de verbas rescisórias. Já havia sido feito um adiantamento, no valor de R\$ 500, para o retorno de 194 trabalhadores à Bahia. A Fênix também pagou o transporte, em quatro ônibus fretados. O restante das verbas foi calculado em aproximadamente R\$ 1 milhão.

Responsabilidade de quem contratou

Amanhã, às 14h, o MPT gaúcho reúne-se com as três vinícolas envolvidas no caso (Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton). A Procuradoria vai discutir responsabilidades das empresas contratantes. Outra decisão foi formar uma força-tarefa para discutir ações contra esse problema.

O Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves relacionou o problema ocorrido nas vinícolas com falta de mão de obra local, o que, segundo a entidade, seria causado por políticas públicas. Para a associação, o pagamento de benefícios sociais – não cita quais – produz pessoas “inativas”, que poderiam estar sendo envolvidas na cadeia produtiva do vinho. Mais tarde, aparentemente o site saiu do ar.

Também hoje, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) informou que suspendeu a participação das vinícolas envolvidas no caso de atividades promovidas pela organização, como feiras, missões e eventos promocionais. A decisão vai perdurar até que as investigações sejam concluídas.

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF